

Programa de Educação Ambiental na Bacia de Campos (PEA-BC)

Região 5

**Programa Petrobras de Educação Ambiental da Bacia de Campos:
Plataformas de Cidadania**

Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental – EA

**Linha de Ação B: *CONTROLE SOCIAL DA APLICAÇÃO
DE ROYALTIES E DE PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS DA
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL***

**“PROJETO TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO: *Royalties* e Vigília Cidadã na
Bacia de Campos”**

Novembro de 2013

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	1
2. RECORTE ESPACIAL.....	2
3. PÚBLICO DEFINIDO.....	3
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	5
5. METODOLOGIA CONSOLIDADA.....	6
6. ATIVIDADES PREVISTAS PARA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO.....	12
7. METAS.....	13
8. INDICADORES.....	13
9. RESULTADOS ESPERADOS.....	14
10. PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS.....	14
11. PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS.....	14
12. CRONOGRAMA DE AÇÕES E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	16
13. RESPONSÁVEL TÉCNICO.....	18
14. RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO.....	18

ANEXO

ANEXO 1: Cadastro Técnico Federal do responsável técnico

 UENF <small>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro</small>	_____ Coordenador Técnico	Novembro de 2013	Revisão 00
---	------------------------------	------------------	------------

1. Sumário executivo

O Plano de Trabalho em evidência apresenta a proposta de implantação, desenvolvimento progressivo e acompanhamento de um Projeto de Educação Ambiental na Bacia de Campos, no contexto da implementação das medidas de mitigação de impactos ambientais de licenciamento ambiental inserido na Linha de Ação B – “Controle Social da aplicação de *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural” (NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA No 01/10). O projeto denominado “*Territórios do Petróleo*” situa seu acionar na geografia e no cenário de demandas informativas oriundas dos grupos sociais vulneráveis identificados durante o Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012) direcionadas a questão dos *royalties*. O projeto visa atuar e intervir - diretamente e indiretamente - sobre um público diversificado pertencente a 10 municípios da BC (Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra). Busca-se mediante a inter-relação dos grupos afetados e segmentos representativos da sociedade civil, estratégias e ações coletivas que os auxiliem por meio do conhecimento e as tecnologias a efetivar o direito ao acesso às informações sobre os *royalties* originárias da esfera do poder público municipal, qualificando-os e alargando as formas democráticas instituídas de participação no controle social dessas receitas.

Nesse sentido, o projeto se propõe promover e acompanhar um processo educativo popular que possibilite aos atores sociais participantes mitigar o déficit informacional identificado e progredir no conhecimento e no acesso a dispositivos democráticos de controle social. Esta proposição técnica busca incidir mediante o desenvolvimento territorial de Núcleos de Vigília Cidadã na emergência de novos espaços comunitários de comunicação popular, inclusão digital e acesso a cidadania. Está previsto operar processos de qualificação orientados a alfabetização digital e audiovisual, geração e disseminação de informação. Espere-se a ampliação de capacidades e das bases de compreensão pública do papel e das formas contemporâneas de efetivar a participação comunitária qualificada no controle social na distribuição e aplicação do recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) pelo poder público municipal.

O projeto está articulado em três ciclos de atividades consecutivas a serem

 UENF Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Coordenador Técnico	Novembro de 2013	Revisão 00
--	------------------------------	------------------	------------

desenvolvidas em 24 meses, a seguir: I. Ciclo de sensibilização comunitária; II. Ciclo de formação; III. Ciclo de implantação dos Núcleos de Vigília.

2. Recorte espacial

O recorte geográfico considerou os territórios costeiros, contíguos entre o município de Arraial do Cabo, localizado no extremo sul da área de abrangência do PEA-BC, ao município de São João da Barra, no extremo norte do Estado do Rio de Janeiro. A definição do recorte espacial se articulou sobre o entendimento a respeito da natureza da indústria de petróleo e gás e da relação desses municípios com o recebimento e dependência destes tributos. Nesse intuito a indústria foi definida a partir das operações de exploração e produção *offshore* na Bacia Sedimentar de Campos, incluindo, portanto, as atividades de sísmica, perfuração, produção e escoamento que ocorrem no âmbito do espaço marinho. No âmbito dos municípios costeiros foram também consideradas as instalações de negócio, industriais, logísticas e de escoamento que estejam vinculadas aos empreendimentos *offshore*, ou seja, direcionadas ao atendimento exclusivo da exploração e produção petrolífera marítima. Desse modo, deve ser considerada a presença de estruturas industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural, de suporte logístico, da Unidade de Operações da Petrobras e de empresas fornecedoras de bens e serviços.

Assim este projeto de EA no âmbito da implementação das medidas de mitigação de impactos ambientais de licenciamento ambiental inserido na Linha de Ação B – “Controle Social da aplicação de *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural” (NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA No 01/10), se propõe atuar e intervir - diretamente e indiretamente - sobre a população de 10 municípios dessa região, todos localizados no Estado do Rio de Janeiro.

A identificação e seleção dos municípios pautados foi realizada a partir da matriz de dados do Diagnóstico Participativo do PEA-BC que internalizaram o histórico e os resultados gerados pelas ações vinculadas ao processo de Licenciamento Ambiental empreendidas pela Petrobras entre os anos de 2006 e 2012. No contexto territorial recortado as atividades de exploração e produção petrolíferas se distinguem por ser altamente impactantes, positiva e

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Coordenador Técnico	Novembro de 2013	Revisão 00
--	------------------------------	------------------	------------

negativamente gerando recursos de vulto e passivos socioambientais de difícil mitigação. Sua lógica de localização não vem de escolhas políticas, senão das condições geofísicas, inserindo-se muito frequentemente em municipalidades historicamente pobres e desiguais, onde são recebidas com as mais altas expectativas de trazerem o desenvolvimento, o bem-estar e a superação do quadro de desigualdades. Estes municípios que compartilham o fato geográfico de estarem localizados na plataforma continental contígua aos poços de petróleo explorados nesta Bacia, respondem juntos por, aproximadamente, 84% da produção nacional de petróleo e de 42% do gás Natural (dados de 2009), espalhada em 55 campos em operação. Esta realidade se agudiza devido a impropriedade nas regras de rateio das compensações financeiras (PIQUET, 2012); com exceção de Macaé, todos os restantes municípios configuram um conjunto especial para os quais pode ser atribuída a designação de petro-rentistas. Isto é, não possuem outra relação com a atividade petrolífera “visível” aos olhos da população que a de se encontrar próximos das áreas de produção marítima recebendo parcelas significativas das rendas públicas do petróleo. Em torno destes municípios de orçamentos milionários se consolida a hipótese de estarem enfrentando o fenômeno paradoxal denominado o desafio da abundância que se traduz no descompasso entre a capacidade de planejar o gasto e o ritmo crescente das receitas; na desinformação e ausência de transparência na contabilidade pública destes recursos e na chamada “preguiça fiscal”, resultante da lógica tributária de não incomodar o contribuinte-eleitor na medida em que as compensações petrolíferas cobrem as necessidades de gasto das prefeituras. Este conjunto de fatos redundando de modo geral na polarização espacial da riqueza pública e da distribuição de renda no interior dos territórios produtores reproduzindo altos níveis de desigualdade, pobreza e exclusão assim como a formação social de cidades “sem crítica”, devido –sobretudo- ao poder amplo de cooptação e corrupção dos organismos políticos da sociedade civil.

3. Público definido

A previsão do público do projeto foi elaborada em consonância com as diretrizes delineadas pelo Órgão Ambiental Federal (CGPEG/IBAMA) e identificada e postulada a partir dos dados provenientes do Diagnóstico Participativo do PEA-BC (2012). Foi considerado como

 UENF Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Coordenador Técnico	Novembro de 2013	Revisão 00
--	------------------------------	------------------	------------

valor agregado deste recorte o saber institucional transferido pelo IBAMA e adquirido e aprimorado pela empresa ao longo de sua participação qualificada no Licenciamento na região.

Deste modo tem se buscado direcionar este recorte de público para assegurar o atendimento ao previsto na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10, cujo objetivo é “apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação do recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) pelo poder público municipal ”.

A partir deste entendimento e dos resultados evidenciados no Diagnostico Participativo da PEA-BC (2012) o perfil do público foi estabelecido numa dinâmica que envolveu os seguintes passos: a) contextualização bibliográfica do tema *royalties* e participações especiais da produção de petróleo e gás natural, análise crítica da documentação disponibilizada ao respeito no histórico do processo de Licenciamento na BC e síntese conclusiva; b) leitura do cenário político, econômico e social fixado no DP em torno da questão dos *royalties* do petróleo e participações especiais e c) o recorte do problema a luz da conjuntura nacional/regional, visando uma articulação orgânica com os desafios provenientes de promoção de processos educativos voltados para o desenvolvimento de uma gestão ambiental compartilhada e cidadã.

Em suma: a reflexão sobre o recorte do público previsto nos permitiu refletir sobre o papel estratégico da temática dos *royalties* no Licenciamento Ambiental. A partir dali construímos hipóteses e questões de trabalho orientadoras para o desenho de ações mitigadoras, pautadas na identificação dos grupos sociais afetados pelos efeitos regressivos da des- informação sobre as políticas municipais de gestão de *royalties* e participações especiais na Bacia de Campos.

Público-alvo direto:

- Representantes de agentes comunitários; lideranças comunitárias identificadas no Diagnóstico Participativo do PEA-BC (membros de associações de moradores, quilombolas; trabalhadores rurais e assentados; membros de associações e colônias de pescadores).

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Coordenador Técnico	Novembro de 2013	Revisão 00
--	------------------------------	------------------	------------

Público-alvo indireto:

- Representantes de associações comerciais, cooperativas, sindicatos e agremiações representativas da sociedade civil, sindicatos e associações de professores da rede pública e privada; agremiações estudantis universitárias dos municípios referidos, sejam eles impactados diretamente ou não pelos empreendimentos da indústria do petróleo e gás, mas que sustentam posições sociais e papéis ativos no âmbito produtivo e social dos municípios selecionados.

4. Objetivos específicos

- Promover a discussão pública dos processos de distribuição e aplicação dos recursos financeiros provenientes das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) desenvolvendo, mediante a inter-relação dos grupos afetados e segmentos representativos da sociedade civil, estratégias e ações coletivas que os auxiliem por meio do conhecimento e as tecnologias a efetivar o direito ao acesso às informações sobre os *royalties* na esfera do poder público municipal, qualificando-os e alargando as formas democráticas instituídas de participação no controle social dessas receitas.
- Aplicar procedimentos metodológicos de caráter dialógico que gerem conhecimento e habilidades facilitadoras da aquisição, compreensão e produção de informações, bem como o desenvolvimento de atitudes necessárias a participação individual e coletiva na gestão do uso dos *royalties* e na formulação e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio físico-natural, social e construído;
- Fornecer meios, instrumentos e mediações para que segmentos sociais diversificados que habitam os territórios que compõem os municípios petroleiros da Bacia de Campos sejam informados, articulados e empoderados para encarar coletivamente o desafio democrático de atingir uma gestão mais participativa e cidadã do controle social das receitas provenientes do *royalties*.
- Promover investigações científicas no campo interdisciplinar da EA que subsidiem os processos de Licenciamento Ambiental na BC.

5. Metodologia consolidada

A concepção de educação ambiental na gestão pública do ambiente aqui adotada se inspira no conjunto de diretrizes, normas e ações de educação ambiental no licenciamento sob responsabilidade da CGPEG e na Instrução Normativa n. 02/2012 e se completa em sua especificidade com ferramentas provenientes do campo interdisciplinar do sócioanálise e da Vigília Cidadã.

A metodologia elaborada tem se pautado na observação das exigências provenientes de Pareceres Técnicos do IBAMA/CGPEG emitidos sobre o extinto Projeto Pólen visando incorporar instrumentos que facilitem um monitoramento regular do cenário regional dos *royalties* e estimulem a ampliação e participação qualificada dos grupos sociais sujeitos do processo educativo eixo deste projeto. A integração metodológica proposta permitirá também, em etapas sucessivas, aprofundar o conhecimento dos perfis dos grupos participantes, identificar a superação ou não dos níveis de vulnerabilidade informacional dos sujeitos da ação educativa e, simultaneamente, adequar o projeto para convalidar no processo de pesquisa-ação os instrumentos de investigação e avaliação previstos¹.

Busca-se chamar a atenção acerca da potencialidade positiva e fundamental do acesso à informação (como direito constitucional) para a vida democrática das comunidades atingidas pela economia dos *royalties* e ao conhecimento reflexivo sobre as etapas e dinâmicas envolvidas nas participações governamentais dos recursos da renda petrolífera.

A informação e o conhecimento compartilhado na sociedade atual são ferramentas imprescindíveis para subsidiar a geração de processos coletivos que contribuam para efetivar e garantir tanto a justiça intergeracional, quanto o controle social da aplicação de *royalties* e a diversificação das economias municipais em prol da mitigação de impactos socioambientais e políticos resultantes do empreendimento petrolífero na região.

¹ É notória como resultado do ritmo acelerado das transformações territoriais da BC a permanente dependência de dados estatísticos e estudos de caracterização sócio-demográfico mais precisos e atuais sobre os atores envolvidos que supram reconhecidas lacunas existentes nos estudos de impacto ambiental e diagnósticos participativos realizados até o momento sobre a região.

Nessa direção o recorte metodológico adotado auxiliará a população selecionada dos municípios alvos na descoberta e detalhamento da natureza “invisível” dos impactos socioeconômicos e políticos dos *royalties*, assim como dos entraves produzidos na compreensão pública da aplicação e gestão municipal das rendas petrolíferas na BC. A carência de informação pública do cidadão e de transparência na gestão dos *royalties* e participações especiais nos municípios que compõem o *Território do Petróleo* conspira significativamente para o aumento de sua complexidade e a ausência de estratégias para o controle social .

A análise e diagnóstico sociocomunicacional de comunidades e organizações² consta de um roteiro de observação social e de um dispositivo para análise e diagnóstico em coletivos sociais, aplicando estratégias participativas de informação/comunicação grupal e comunitária. Este dispositivo oferece categorias e dimensões de observação de práticas sociais e processos comunicacionais aplicando uma metodologia empírica para investigar o funcionamento e os modos de apropriação e **cultivo do entorno** em seus múltiplos contextos (materiais, sociais, culturais e psicológicos). A socioanálise vinculada as atividades previstas de vigília permitirá o desenho e execução de ações educativas pontuais para o aumento da compreensão da questão dos *royalties* e participações especiais, subsidiando processos de formação qualificada dos grupos afetados pela des-informação e des-mobilização perante o impasse no controle social dessas receitas.

A Vigília Cidadã busca se associar a EA para combater o déficit informacional verificado na sociedade. Se postula disponibilizar um novo ambiente de ensino-aprendizagem para produção e aquisição de conhecimento e habilidades que facilitem aos sujeitos da ação

² A proposta se fundamenta em: VIZER, E. A. *Socioanálisis: metodología de investigación, análisis diagnóstico e intervención social*. Savia No. 5. México: Universidad de Sonora, noviembre 2007 e VIZER, E. A. & CARVALHO, H.. *Socioanálisis, acción colectiva e intervención social estratégica*. Revista Savia No. 5. México: Universidad de Sonora, noviembre, 2007 e VIZER, E. A. & FERREIRA, J. *Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias*. In: Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação. Parte I, perspectivas teóricas. SP: Paulus, 2007.

educativa a compreensão dos benefícios, riscos e implicações ambientais decorrentes do desenvolvimento socioeconômico e a renda dos *royalties* e das participações especiais oriundas das atividades petrolíferas na região. Ao mesmo tempo, aspira produzir em cada município novos *foros* de discussão e produção cooperada de insumos (conteúdos) para formação e inclusão de novos atores na, até hoje, restrita discussão pública sobre os *royalties* do petróleo na Bacia de Campos.

A noção de Vigília nos remete a “um estar acordado”, a um estado de consciência alerta. A definimos como o domínio da informação necessário para promover a vigilância cidadã sobre a gestão municipal da renda petrolífera na BC. A metodologia da vigília visa propiciar um agir comunicativo que sustente uma mediação eficaz entre a esfera pública e os segmentos da sociedade considerados sujeitos da ação educativa. A vigília consiste num serviço de suporte e orientação para a cidadania baseado na co-gestão de num conjunto de atividades que implicam “estar informado” de forma permanente e, ao mesmo tempo, estudar e entender os cenários, as mutações e permanências, visualizando o que esta em jogo no dia a dia da vida nos *territórios do petróleo* fluminense. Este método auxiliará aos grupos sociais participantes do projeto na preparação das estratégias coletivas e possíveis respostas aos desafios da participação política nos processos decisórios e na preparação para a gestão do controle social dos *royalties*. A Vigília dos *royalties* propõe o exercício de compartilhar a informação aumentando o capital simbólico dos sujeitos da ação educativa. Isto se fará estimulando em cada município o desenvolvimento de uma “inteligência coletiva” apta para imaginar um futuro comum desejado e inventar os meios reais para atingi-lo, num enfoque de planejamento cooperado.

A vigília passa a ser um dispositivo social que uma vez constituído nos municípios selecionados promoverá aos sujeitos da ação educativa uma inter-relação física e virtual em rede, aproximando-os pelo diálogo e pelo compartilhamento de experiências e rituais comuns. Esta ação coletiva produzirá um “novo” canal de informação depurada que servirá como um foro de discussão para ajudar aos grupos participantes do projeto a se nivelar e qualificar para decidir. Os sujeitos da ação educativa serão qualificados para gerar informações como ativos sociais, que adquirirão no processo do Licenciamento um valor agregado político estratégico,

facilitando a articulação, o diálogo e a tomada de posição dos atores envolvidos no jogo democrático do controle social dos *royalties* na BC.

A Vigília dos *royalties* compreende basicamente três tipos de atividades que serão foco das ações educativas: a) Reunir e analisar informação ao respeito da contabilidade pública dos *royalties* nos municípios da BC (arrecadação, composição orçamentária e destinos da utilização dos recursos); b) Leitura, discussão e síntese da informação objetivando interpretar e elaborar informes, assim como formar uma visão prospectiva baseado em cenários econômicos futuros da BC; c) difundir a informação: oferecer um acesso diverso, ampliado e facilitado a informação aos atores setoriais em suportes múltiplos.

Sequencialmente serão aplicadas técnicas grupais participativas (oficinas; construção de mapas cognitivos; cursos de capacitação; reuniões comunitárias; visitas técnicas) e outros recursos pedagógicos como palestras e seminários. Estas ações permitirão que aflorem e se conjuguem interesses e que os indivíduos se reconheçam como sujeitos sociais ativos, capazes de determinar “os processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais” (NT, 2010).

Todo este processo de formação e constituição dos Núcleos de Vigília será estruturado a partir de etapas sucessivas ao longo de 24 meses de duração previstas para este projeto:

a. Identificação e mobilização do público alvo em cada município por meio da realização de um ciclo de eventos específicos (palestras, seminário, mesa redonda, oficinas, vídeo-debate, exposições, festivais e mostras) dedicados à sensibilização dos sujeitos da ação educativa na questão dos *royalties*, o mundo do petróleo e sua importância na vida cotidiana.

As etapas da mobilização e formação serão desenvolvidas mediante uma caravana que visitará os municípios selecionados e ficará instalada, temporariamente, num espaço público onde serão executadas as atividades previstas. Os locais escolhidos se caracterizarão pela centralidade e acessibilidade, fatores que facilitarão um fluxo de visitantes variado e quantitativamente considerável para os objetivos deste projeto.

A instalação estará composta por espaços multiusuários, diversificados, dedicados a publicizar a natureza e dinâmica contida nos *Territórios do Petróleo*. Prevê-se um espaço-museu dedicado à história do petróleo na BC e sua relação com a vida cotidiana e o entorno natural dos habitantes da região, identificando os impactos das atividades petrolíferas e as ações mitigadoras empreendidas e em curso no âmbito do licenciamento. Simultaneamente, serão exibidos vídeos³ e performances teatrais com temáticas afins que possibilitarão uma sensibilização ampla e lúdica sobre as questões em evidência neste projeto. As palestras, seminários e mesas redondas informarão e aprofundarão as discussões aproximando do público uma dimensão mais objetiva da cidadania sobre a questão dos usos dos *royalties* e das participações especiais, visando qualificar os sujeitos da ação educativa para empreender a etapa da Vigília Cidadã.

b. Realização de oficinas de Vigília direcionadas ao público alvo pré-selecionado no decorrer do ciclo anterior. Nelas os sujeitos da ação educativa serão treinados na instrumentalização técnica da metodologia da Vigília Cidadã e para a gestão e co-planejamento dos núcleos municipais. Destaca-se nesta fase a formação em princípios da comunicação popular e produção e gestão de informação contextualizada sobre *royalties* e participações especiais nos respectivos municípios. O foco será as oficinas de alfabetização digital e linguagem audiovisual voltadas para a produção e publicação de conteúdos informativos em formatos digitais. Prevê-se que a realização destas oficinas ocorra de forma itinerante nos municípios selecionados, utilizando-se a infraestrutura da etapa inicial de sensibilização adaptada as necessidades de uma sala de aula móvel. Com isso, busca-se fortalecer as capacidades que favoreçam o protagonismo e a sistematização dos interesses dos participantes para utilizar instrumentos comunicacionais, não apenas como qualificação, mas também meio de inserção social e cultural.

c. Instalação dos núcleos municipais de Vigília Cidadã e definição dos arranjos institucionais capazes de dar suporte as ações pretendidas pelos sujeitos da ação educativa.

³ Os vídeos serão escolhidos pela equipe dentro do acervo disponível sobre a temática do licenciamento e assuntos relacionados a cada município.

d. Realização anual de um evento de avaliação por município participante e de um grande evento de integração territorial da BC que congregue os representantes dos grupos atuantes e divulgue a comunidade a produção, servindo como âmbito de discussão, troca e enriquecimento de experiências.

Este plano considera as etapas de Planejamento, Avaliação e Monitoramento em cada uma das etapas do projeto como peça fundamental para a excelência na execução das atividades propostas. Acrescenta-se a sistematização, definida por Oscar Jara Holliday (2006) como *“aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque o fizeram desse modo”*.

Nas diferentes etapas do projeto será possível compreender a necessidade de repensar o caminho inicialmente percorrido buscando sempre uma melhor mensuração e execução das propostas. O desafio será fazer convergir às expectativas e objetivos entre os atores diretamente envolvidos para uma ação sustentável e de acordo com as premissas e diretrizes da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/2010. Sendo assim, todas as etapas irão contemplar uma avaliação e monitoramento dos resultados obtidos, implementando os indicadores de qualidade pedagógica que permitam integrar as atividades sugeridas pelos sujeitos do processo educativo com a proposta do projeto TERITÓRIOS DO PETRÓLEO.

A previsão de uma avaliação e monitoramento processual tem por objetivo informar sobre o desenvolvimento gradual e evolutivo das atividades do trabalho em relação aos objetivos propostos, apontando quando necessário os desvios ocorridos no projeto e as providências necessárias para a correção dos mesmos. A avaliação e monitoramento prossegue durante todo o processo de implementação, em ciclos que culminarão em encontros avaliativos anuais. Busca-se com isso reconhecer o contexto da intervenção, e verificar a viabilidade e exequibilidade das propostas num processo de retroalimentação das ações. Ainda, informar à comunidade e à equipe multidisciplinar sobre as ações desenvolvidas no período. A avaliação dos resultados será realizada ao término das atividades, e terá como referência o alcance dos objetivos específicos do projeto.

Pretende-se, ainda, a aplicação de duas pesquisas de *survey*, uma no início do processo educativo e outra no final do projeto, para obtenção de dados específicos sobre a população e

verificar o grau de conhecimento acerca da temática dos *royalties* atingido durante o processo. Serão incluídas indagações decorrentes do entendimento sobre benefícios, riscos e implicações ambientais decorrentes do desenvolvimento socioeconômico e sua relação com a renda dos *royalties* e participações especiais oriundos das atividades petrolíferas na região. Os dados obtidos com a realização do *survey* devem ser analisados por meio do SPSS⁴, como ferramental estatístico para a obtenção das informações desejadas.

6. Atividades previstas para atualização do Diagnóstico Participativo do PEA-BC

Para a atualização do DP está previsto no final do processo o uso da ferramenta metodológica de avaliação de resultados denominada Grupos Focais (GF). Os sujeitos desta atividade serão representantes dos Núcleos de Vigília Cidadã constituídos. Esta atividade permitirá construir uma (re)visão regional do nível de compreensão e participação da população dos municípios na questão dos *royalties* e participações especiais. Entendemos grupos focais como um coletivo de discussão informal e de tamanho reduzido, reunido com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. É uma técnica rápida para avaliação e obtenção de dados e informações qualitativas, fornecendo aos coordenadores do projeto uma grande riqueza de informações que permitirão, além da atualização dos dados iniciais provenientes do DP, que novas metas sejam elencadas e propostas para ciclos posteriores.

O objetivo principal de um grupo focal é revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão, fundamentando as ações e tomadas de decisões. A essência do grupo focal consiste justamente na interação entre os participantes e o pesquisador, que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos. Os grupos focais estariam comprometidos em identificar as percepções dos sujeitos da ação educativa acerca da vulnerabilidade social que os envolve, analisando os níveis de compreensão pública do tema dos *royalties* e as participações especiais e a capacidade de organização, participação e intervenção nas instâncias políticas que atingem o controle social dessas receitas.

⁴ Programa (software) estatístico utilizado para a tabulação e análise de dados primários.

Está previsto ao longo do último semestre de execução do projeto a realização de uma atividade de planejamento participativo com o objetivo de prever a continuidade das ações educativas para o próximo ciclo.

7. Metas

1. Realizar anualmente um ciclo de atividades de sensibilização sobre a temática do “Território do Petróleo” composto por 10 eventos, um por município, para promoção do projeto e integração dos sujeitos da ação educativa; 2. Selecionar entre 10 e 20 sujeitos das ações educativas por município para desenvolver os Núcleos de Vigília em cada unidade territorial escolhida; 3. Realizar 2 (duas) oficinas por município para implantação de Núcleos de Vigília Cidadã; 4. Promover 3 (três) cursos de Alfabetização Digital nos níveis básico, intermediário e avançado; 5. Promover uma oficina de Comunicação Audiovisual (fotografia e vídeo) por município; 6. Desenvolver 1 (um) espaço virtual de comunicação transmidiática com acesso a uma rede social ao final do primeiro ano para integrar os atores do projeto; 7. Desenvolver um banco de dados e imagens sobre a experiência do projeto como um todo e dos 10 municípios que compõem o projeto integrado ao espaço virtual; 8. Elaborar e distribuir cartilhas para o público direto e indireto sobre a temática dos *royalties* e participações especiais; 9. Promover anualmente, 1 (um) encontro de avaliação do projeto por município; 10. Promover um encontro regional anual para intercâmbio e integração de experiências; 11. Produzir uma série de 10 vídeos temáticos intitulada “Territórios do Petróleo” dedicada a retratar a questão dos *royalties* na visão dos grupos vulneráveis de cada município para ser divulgada pela WEB; 12. Elaborar e publicar uma coletânea de artigos científicos sobre a experiência do projeto “Territórios do Petróleo”.

8. Indicadores

1. Número de participantes no ciclo de atividades de sensibilização registrado em lista de presença; 2. Número de participantes nas oficinas para implantação de “Núcleos de Vigília Cidadã” aferido em lista de presença; 3. Quantidade de Núcleos de Vigília formados; 4. Número de participantes nos cursos de Alfabetização Digital registrado em lista de presença; 5. Número de participantes nas Oficinas de Comunicação Audiovisual; 6. Número de vídeo de

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Coordenador Técnico	Novembro de 2013	Revisão 00
--	------------------------------	------------------	------------

comunicação produzidos e publicados; 7. Espaço virtual de comunicação transmidiática (site) criado; 8. Banco de dados e imagens criado; 9. Cartilhas elaboradas e distribuídas; 10. Número de participantes do encontro de avaliação anual registrado por lista de presença; 11. Número de participantes do encontro regional aferidos por lista de presença; 12. Coletânea de artigos sobre a experiência do projeto “Territórios do Petróleo” publicada.

9. Resultados esperados

1. Aumento do grau de informação, conhecimento e compreensão da dimensão pública da renda petrolífera e seus efeitos na BC por meio da aplicação do questionário no início e ao final do projeto; 2. Acesso ampliado à cidadania digital; 3. Formação de uma rede de núcleos de Vigília; 4. Aumento de consciência acerca da importância do controle social da renda petrolífera nos municípios da BC por meio da aplicação do questionário no início e ao final do projeto.

10. Previsão da construção coletiva das próximas ações a serem implementadas

Foi prevista no último semestre de vigência do projeto, a elaboração de uma avaliação situacional participativa que permitirá dimensionar a eficácia e eficiência do projeto. A partir dessa leitura, iremos propor novas ações coletivas que permitam a continuidade ou redesenho das ações dos grupos e a pertinência do foco do projeto e sua intensidade, considerando o cenário futuro da questão dos *royalties* na região e no país.

11. Perfil dos profissionais envolvidos

Cargo	Profissional	Formação Profissional	Função
Coordenador Geral	Dr. Marcelo Carlos Gantos	Professor Associado, Chefe do LEEA/Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Doutor em História (UFF, 1998)	Coordenação Geral externa e interna (Petrobras-UENF), de atividades de pesquisa e produção técnica e execução do projeto.
Coordenador Técnico de Campo	Dr. Marcelo Carlos Gantos		Coordenação da equipe de desenvolvimento do Projeto Territórios do Petróleo
Coordenadora Pedagógica	Sílvia Alicia Martinez	Professora Associada, LEEL/ UENF. Doutora em	Coordenação do programa de EA e supervisão geral de atividades pedagógicas e

 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Coordenador Técnico	Novembro de 2013	Revisão 00
--	------------------------------	------------------	------------

		Educação (PUC- RJ, 2000), Pesquisadora Cnpq.	de elaboração de materiais didáticos e de divulgação.
Coordenador de Campo	Dr. Rodrigo da Costa Caetanos	Professor Associado do LEEA/ UENF, Doutor em Geografia (UFF, 2010); possui experiência em intervenção social, desenvolvimento comunitário e rural.	Acompanhamento de atividades nos municípios, desenvolvimento de relações interinstitucionais com os poderes locais e atores sociais; coordenação das ações de EA nos polos. Atividades de pesquisa e produção; desenvolvimento das ações ligadas a gestão do território e licenciamento ambiental.
Coordenador de Campo	Dra. Teresa Peixoto Faria	Professora Associada LEEA /UENF Doutora em Études Urbaines-Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1998), possui experiência em intervenção social junto a comunidades urbanas	Acompanhamento de atividades nos municípios, produção e coordenação das ações temáticas de EA nos polos. Atividades de pesquisa e desenvolvimento ligadas ao tema <i>Royalties</i> (controle social, novas territorialidades e cidades)
Coordenador de Campo	Dra. Simone Teixeira	Professora Associada do LEEA/UENF Doutora em Filosofia e Letras (Historia, 1995). Universitat Autònoma de Barcelona. Possui experiência em EA e gestão pública do patrimônio, políticas culturais e sociais.	Acompanhamento de atividades nos municípios, produção e coordenação das atividades da caravana. Atividades de pesquisa e produção cultural; desenvolvimento de ações ligadas a <i>Royalties</i> e gestão de políticas culturais (comunicação /informação) para os grupos vulneráveis selecionados.

Além dos profissionais citados, a equipe executora será composta por outros professores e pesquisadores de laboratórios consorciados ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF, consultores especialistas de instituições públicas e privadas parceiras do projeto assim como profissionais técnicos nas áreas correlatas ao Programa. Será privilegiada a participação de alunos de graduação e pós- graduação, com preferencia oriundos dos municípios participantes do projeto, como agentes de campo/dinamizadores na gestão da implantação dos Núcleos de Vigília quanto no apoio ao desenvolvimento das atividades de EA planejadas.

 UENF Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Coordenador Técnico	Novembro de 2013	Revisão 00
--	------------------------------	------------------	------------

12. Cronograma de ações e cronograma físico-financeiro

O quadro a seguir apresenta o cronograma de ações do Projeto Territórios do Petróleo previsto para 24 meses:

Primeiro ano												
Atividades	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Seleção e Formação da equipe técnica	X											
Elaboração de manual de marca, identidades visuais; pagina web do projeto	X	X										
Elaboração de material didático e customização do espaço móvel		X	X	X							X	X
Divulgação do projeto nos municípios			X	X								
Ciclo de sensibilização					X	X	X	X	X	X		
oficinas para “Implantação dos Núcleos municipais”										X	X	
Cursos de Alfabetização Digital										X	X	X
Oficinas de Linguagem Audiovisual										X	X	X
Desenvolvimento do espaço virtual de comunicação												X
Encontro municipal de avaliação												X
Desenvolvimento de Banco de dados e imagens			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segundo ano												
Atividades	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
Manutenção e atualização Banco de Imagens	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Oficinas de Linguagem Audiovisual	X	X	X									
Desenvolvimento e produção do espaço virtual de comunicação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Encontro municipal de avaliação								X				
Encontro regional para intercambio e integração de experiências												X

O quadro a seguir apresenta o cronograma físico-financeiro do Projeto Territórios do Petróleo previsto para 24 meses:

CONFIDENCIAL

O sigilo das informações no quadro acima deve estar assegurado conforme previsto na Lei Nº 10.650/2003, Art. 2º § 2º, o mesmo encontra-se protocolado apenas em meio físico.

 UENF Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	_____ Coordenador Técnico	Novembro de 2013	Revisão 00
--	------------------------------	------------------	------------

13. Responsável Técnico

Profissional	Marcelo Carlos Gantos
Área de Atuação	Coordenação Técnica
Formação	Doutor em História
Cadastro Técnico Federal	5669947
Assinatura	

14. Responsáveis pela implementação do Projeto

Profissional	Alex Murteira Celem
Função	Gerente (UO-BC/SMS)
Assinatura	

Profissional	José Henriques da Silva Tavares
Função	Gerente Setorial (UO-BC/SMS/MA)
Assinatura	

 Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis				
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR				
Registro n.º	Data da Consulta:	CR emitido em:	CR válido até:	
5669947	28/11/2013	28/11/2013	28/02/2014	
Dados Básicos:				
CPF:	014.226.047-99			
Nome:	MARCELO CARLOS GANTOS			
Endereço:				
Logradouro:	RUA GUSTAVO SAMPAIO			
N.º:	260	Complemento: 1101 FDS		
Bairro:	LEME	Município:	RIO DE JANEIRO	
CEP:	22010-010	UF:	RJ	
Atividades desenvolvidas:				
Categoria		Atividade		
23 - Gerenciamento de Projetos sujeitos a licenciamento ambiental federal		18 - Petróleo - Produção		
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama.				
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarar e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.				
O Certificado de Regularidade não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.				
O Certificado de Regularidade tem validade de três meses, a contar da data de sua emissão.				
Chave de autenticação		a835.t3r9.4mk4.n7nz		